



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 668/2015	DATA: 21/5/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h17min	TÉRMINO: 11h44min	PÁGINAS: 38
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
GERSON DE MELLO ALMADA - Ex-Vice-Presidente da ENGEVIX Engenharia S.A.			
SUMÁRIO			
Tomada de depoimento do Sr. Gerson de Mello Almada.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS, com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Expediente.

Ofício da Liderança do PSDB, indicando o Deputado Izalci para titular e o Deputado João Gualberto para suplente desta Comissão.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimento, com a presença do Sr. Gerson de Mello Almada, ex-Vice-Presidente da ENGEVIX Engenharia S.A., convocado pela aprovação dos Requerimentos nºs 40, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Izalci; 67, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; 154, dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues; 233, do Deputado Júlio Delgado; 536, da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues; 582, do Deputado Celso Panseira; e 607, dos Deputados Celso Panseira, Carlos Marun, Darcísio Perondi e Lelo Coimbra.

O Sr. Eduardo Hermelino Leite, ex-Vice-Presidente da Camargo Corrêa, anteriormente convocado para hoje, solicitou redesignação de data por intermédio do seu advogado, Marlus Arns de Oliveira, OAB/PR 19226, que alegou compromissos profissionais anteriormente agendados, fato impeditivo da tomada de depoimento de seu assistido, no que foi atendido por esta Presidência, que remarca para dia 26 de maio próximo o depoimento.

Examinando os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que o depoente Gerson de Mello Almada será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus direitos constitucionais. Ademais, o depoente encontra-se em prisão domiciliar, devendo-lhe ser garantido o que dispõe o art. 5º, inciso LXIII, da



Constituição. Nesse sentido também é a decisão exarada pelo Juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, no Paraná, Sérgio Moro, que viabilizou esta oitiva, já que o depoente se encontra sob responsabilidade daquele Juízo.

Convido o Sr. Gerson de Mello Almada a tomar assento à mesa.

Eu quero, enquanto o Sr. Gerson adentra a nossa sala, dizer que ontem à noite retornei a ligação da filha do Sr. José Janene que teria ligado à minha procura, a Sra. Daniele Janene. Ao conversar com ela, algumas informações desconstruídas que chegaram até a família foram esclarecidas.

E nós entendemos o apelo que a família fazia naquele momento. Ela se comprometeu, quando solicitamos, a enviar alguns documentos que provam, segundo a família, que o Sr. José Janene realmente faleceu. Ela se comprometeu a mandar essa documentação para a CPI aqui. E eu avisei a ela que nós havíamos já decidido fazer o requerimento pedindo que fosse aprovada pela CPI a exumação do corpo. Ela me pediu que aguardasse, que nós pudéssemos analisar primeiro essa documentação, para que esse pedido fosse feito.

Para reforçar essa situação, recebi hoje pela manhã o advogado da viúva do Sr. José Janene. Eu atrasei a minha chegada até aqui porque estava recebendo o Dr. Bertoldo no meu gabinete, que fez um pedido oficial para que fosse recebido. Eu o recebi e, da mesma forma como falou a filha ontem à noite, ele trouxe esse apelo da família. E eu solicitei que esses documentos fossem encaminhados até a CPI, para que sejam analisados e, a partir daí, a CPI decida o que vai fazer.

Neste momento, eu tenho que dizer que, no que diz respeito a todas as informações que chegarem a este Presidente, nós daremos o mesmo tratamento que foi dado a essa informação que chegou ontem. É obrigação nossa. E numa investigação, como tão bem falou ontem o Deputado Delegado Waldir, nós não podemos desprezar informações. Como foram informações que nos chegaram, o que cabia a este Presidente era realmente agir da forma como agimos, trazendo a discussão ao Plenário da CPI, para que nós pudéssemos, na verdade, decidir o que a Comissão iria tomar de providências.

Então, nós iremos, na verdade, analisar essa documentação. Acredito também que o requerimento de convocação da Sra. Stael deve ser analisado e



apreciado em uma próxima reunião deliberativa, para que a vinda dela aqui possa também ser esclarecedora nesse sentido.

E quero dizer que, em nenhum momento, a CPI vai sair do seu foco de investigação. A CPI, neste momento, segue o seu rito normal. Estamos aqui ouvindo, desde o dia de ontem, os representantes das empresas, o que continuaremos a fazer na semana que vem. Já marcamos o depoimento do Sr. Julio Faerman para o dia 3 de junho. Então, a CPI segue o seu foco.

O que nós vamos ter sempre é transparência nas ações. Nós não vamos recuar desse nosso posicionamento de avançar sempre, doa a quem doer, porque cabe a nós, neste momento, assumirmos a responsabilidade que a sociedade brasileira exige e cobra de nós com relação a esse caso de corrupção envolvendo a PETROBRAS.

Com isso, espero ter deixado esclarecida a situação. Mas quero dizer que o requerimento está aqui pronto. E em atenção à família, em atenção a essa conversa que tivemos, eu não irei apresentá-lo porque houve esse apelo. Vamos aguardar a documentação chegar. Ao chegar a documentação, se a CPI e os Parlamentares analisarem que não haverá necessidade do requerimento, a questão está resolvida. Agora, se documentação não chegar ou se for frágil, nós vamos prosseguir com a investigação, até porque isso não muda o foco da CPI, é mais uma linha de investigação que temos para nos debruçar. E cabe a nós aqui, mesmo entendendo a linha da família neste momento, investigar, porque foi para isto que nós fomos escolhidos pelos nossos partidos: para cumprir essa missão.

Então, vamos aguardar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, parabéns pela sua conduta transparente e legalista! A CPI não pode se intimidar com a chegada de informações. Nós temos visto que as informações que têm sido trazidas aqui têm dado resultados imediatos.

Parabéns pela sua condução, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Delegado Waldir.

O Deputado Onyx Lorenzoni tem a palavra.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, primeiro eu quero também cumprimentar V.Exa. pela condução dos trabalhos.

Como eu estava retornando de uma reunião de que participava no Senado, quero saber se V.Exa. anunciou a oitiva do Sr. Julio Faerman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Será no dia 3 de junho.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Está o.k. Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero fazer uma consulta à Mesa Diretora dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Nós aprovamos aqui — e a PETROBRAS já enviou — as atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva. Ao fazer a leitura de algumas dessas atas — eu quero aqui trazer um exemplo —, vi que foi debatido numa delas o Plano de Investimentos, ou melhor, usando a palavra correta, o Plano de Negócios da PETROBRAS 2009-2013. Ele é examinado numa reunião da Diretoria-Executiva e é modificado numa reunião do Conselho de Administração. Tanto esse Plano quanto o Plano Estratégico 2020.

A pergunta que eu faço a V.Exa. é: como nós já aprovamos todos os conteúdos das atas, quer eles estejam já digitados ou em áudio e vídeo, esses documentos que são conexos à elaboração dessas reuniões e dessas atas precisam de um requerimento específico ou nós podemos pedir, com base no que já foi aprovado, as informações complementares? Pergunto isso porque é um item daquela reunião do Conselho de Administração e daquela ata a discussão, por exemplo, do Plano Estratégico.

Vou lhe dar um outro exemplo: quando é discutido, no dia 13 de fevereiro de 2006, a compra de Pasadena, é mencionado na ata da PETROBRAS que a apresentação foi feita por Nestor Cerveró. E Nestor Cerveró se vale de um memorial descritivo, analítico do projeto, porque a compra de Pasadena, aquela que deu prejuízo, era uma discussão que a PETROBRAS vinha fazendo através da agência internacional já há vários meses.

Como nós temos as atas, e elas apontam esses documentos, para a solicitação desses documentos, no meu entendimento, bastaria um ofício da CPI: *“Complementar a ata tal. A chegada do documento que foi discutido no item tal da*



ata". Eu quero saber se isso é suficiente ou se devo elaborar um requerimento específico e aprová-lo na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, não precisa, Sr. Deputado. Nós encaminhamos o ofício pela Presidência, requisitando as informações.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, eu vou mandar preparar esse documento, para encaminhá-lo à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peça para que sua assessoria mande para o *e-mail* da CPI, especificando quais são as informações que V.Exa. deseja.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eles são muito rápidos e já fizeram isso. (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Então, V.Exa. me faça chegá-lo aqui que eu já peço para a Secretaria preparar o ofício. E eu assino ainda hoje o ofício pedindo as informações.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concederei a palavra ao Sr. Deputado Aluisio Mendes. Em seguida, falará V.Exa., Deputada.

Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu fiz o Requerimento nº 342, solicitando o apoio de técnicos especializados da Polícia Federal em interceptações telefônicas.

Nós já recebemos o banco de dados da Justiça Federal com mais de mil horas de gravações e centenas de interceptações telemáticas. A busca desses dados demanda um técnico especializado nisso.

Eu gostaria de pedir a V.Exa. prioridade nesse requerimento porque, sem esse apoio, nós não teremos condição de ter acesso a esse banco de dados valiosíssimo que chegou à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes, nós vamos dar seguimento a esse requerimento de V.Exa., para que possamos



aprová-lo o quanto antes e haja a vinda desses profissionais, para fazerem a análise mais apurada desses áudios, pois acredito que, para o Parlamentar fazê-lo pessoalmente, é praticamente impossível. São mais de 6 mil horas de gravação.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mais de 6 mil horas de gravação e de centenas de interceptações telemáticas. Sem esses dados, dificilmente conseguiremos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eles já estão aqui à disposição da CPI.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Já estão disponíveis. Eu fui tentar acessá-los, já que tenho certo conhecimento. Mas mesmo com conhecimento, é difícil acessar um dado específico, por isso é importante que esse requerimento seja aprovado rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, concederei a palavra à Deputada Eliziane e, em seguida, a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria informações de V.Exa. acerca de duas questões. A primeira é: como está a investigação da Kroll? A segunda é: o plano investigativo já foi elaborado?

Queria informações de V.Exa. porque, pelos números que nós temos aqui, já faz praticamente 1 mês a assinatura desse contrato. E só são 2 meses, pelo que me parece, a vigência do contrato com a Kroll.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, nós ainda não recebemos o relatório da Kroll. A informação que tenho é que eles estão trabalhando nele. Os funcionários estiveram aqui, na semana passada e nesta semana, colhendo as informações que estão lá à disposição, em sigilo na CPI. E acredito que, até o final do mês ou no início do mês de junho, eles devem estar apresentando um resultado.

Nós temos mantido contato telefônico, cobrando agilidade — eu tenho feito isto enquanto Presidente. E na hora em que as informações chegarem, não tenha dúvidas de que as trarei não só para V.Exa., mas para todos os membros da CPI.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas só me diz uma coisa: a Kroll já está em processo de investigação ou esse relatório é apenas a elaboração do plano investigativo? Pelo tempo, então, faltam poucos dias para acabar já o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, eles trabalham em quatro planos. Os planos que eles estão executando agora é o primeiro e o segundo plano. Eles são o quê? A identificação e a preparação para que aquilo que estiver sendo procurado seja encontrado.

Então, eles estão fazendo já uma investigação prévia, para que seja apresentado à CPI esse resultado e, a partir daí, se avalie onde devemos focar — isso tudo é um processo de sigilo — para encontrar aquilo que esperamos, que é principalmente a busca de ativos fora do País. Esse trabalho está sendo feito e deve ser apresentado a nós.

Portanto, está sendo feito esse plano de elaboração para que a investigação possa ser concluída.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, esses 60 dias não existem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quais 60 dias?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Os 60 dias de vigência do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, ele existem sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas já se foram 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. esmiuçar o contrato, vai ver que eles podem pedir prorrogação. Inclusive isso foi questionado por mim, esse prazo curto para a conclusão dos trabalhos, para que pudéssemos, na verdade, manter aquilo que foi acordado pela Câmara, cumprindo o contrato que foi assinado. Eles colocam lá que, em sendo necessário, podem pedir a prorrogação desse prazo. Então, tudo isso está previsto dentro do contrato.

Agora, acredito eu que, até mesmo antes desse período, eles devem entregar esse plano.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu acho que o trabalho da Kroll é muito importante para a CPI, mas, ao mesmo tempo também, eu acho que está



faltando a gente sentar. E aí eu queria pedir, considerando o caráter sigiloso da investigação, que V.Exa. chamasse uma reunião fechada, Presidente, para a gente conversar exatamente sobre a investigação da Kroll.

Eu acho que esse plano investigativo precisa ter a presença de todos nós. Naturalmente há de ter um foco de investigação, mas eu acho que a nossa contribuição vai ajudar tanto na elaboração desse plano quanto no resultado desse plano.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que pudesse fazer esse agendamento dessa reunião fechada para que a gente pudesse conversar sobre esse assunto com mais clareza, já que aqui a gente não pode estar fazendo detalhamento dessa estratégia de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço até que V.Exa. me entenda, porque eu não posso adiantar mais do que já adiantei aqui.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Claro. Por isso estou pedindo a reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa reunião nós iremos fazer, Deputada Eliziane, atendendo ao pedido de V.Exa. Mas muitas reclamações têm chegado, pelo ritmo que nós estamos dando. Na semana que vem nós vamos ter oitiva terça, quarta e quinta; na outra semana, segunda, terça e quarta; na outra semana já tem segunda e terça, e devemos marcar aí quarta e quinta. Então, é um ritmo nunca antes visto aqui na Casa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Parabéns a V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso mostra o nosso comprometimento em darmos vazão ao grande volume de requerimentos que temos aprovado nas reuniões deliberativas. Acredito que a CPI, com isso, mostra o seu papel: o de quem quer realmente investigar, o de quem quer realmente passar a limpo toda essa história.

Nós vamos, com certeza, atender ao pedido de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agora, eu peço só um pouco de compreensão, porque nós não temos só a CPI para cuidar. Nós temos as nossas vidas, temos a vida Parlamentar, nós temos a vida política.



Na semana que vem — principalmente aos Deputados que têm uma atuação municipal —, a gente sabe que haverá a Marcha dos Prefeitos. Brasília vai ser enchida por prefeitos. Então, é uma semana em que nós vamos ter 3 dias de oitivas — e as oitivas aqui não duram menos de 6, 7 horas —, com prefeitos, com votações da reforma política, que vão começar na segunda na semana que vem.

Então, estamos em um ritmo totalmente acelerado, mas eu entendo ser muito importante essa reunião secreta para debatermos sobre esse trabalho da Kroll. Se pudermos fazer essa reunião com alguma informação concreta, eu não vejo nenhum problema. Inclusive solicitarei ao Deputado André Moura, que é o Sub-Relator da área, que possa intermediar essa reunião.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, é só para me inscrever.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. está com a agenda tomada — e queria cumprimentá-lo por isso —, mas eu pedi ontem a V.Exa. que fizesse uma adaptação na agenda para que na semana que vem pudesse ouvir o Julio Faerman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Julio Faerman já está marcado para o dia 3 de junho. Já encaminhei a convocação. Para semana que vem manteremos aquilo que foi anunciado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Certo. V.Exa. percebeu, pelo próprio ofício, que ele não está domiciliado no Brasil, ele está domiciliado em Londres, e a qualquer momento ele pode se evadir. Então, nós temos que tomar cuidado com esse detalhe. O tempo urge.

Soube que hoje inclusive foi feita pela Polícia Federal uma operação, prendendo o Sr. Milton Pascowitch. Eu acho que a gente tem que retomar aquele ofício ao Juiz Sérgio Moro para decretar a prisão também do Julio Faerman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu quero retomar, Presidente, a questão, rapidamente, da Kroll. V.Exa. se lembra da necessidade de que, no escopo do trabalho da Kroll, estivesse a análise das atas do Conselho de Administração e



das auditorias do Comitê de Auditoria da PETROBRAS, porque as informações que eu recebi são que, de maneira muito técnica e cifrada para nós mortais comuns, estão ditas algumas coisas muito importantes nesses documentos, que esclarecem como as decisões eram tomadas no âmbito da estatal e que ajudaram a causar os prejuízos que ela carrega hoje.

Então, é só para lembrar a importância dessa análise que a Kroll pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos tratar todos esses assuntos na reunião secreta, para que a gente possa adequar os trabalhos da CPI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, só uma informação adicional. Eu acho que V.Exa. podia também pedir a retenção do passaporte, porque, quando ele diz no ofício que ele é domiciliado e residente em Londres, ele não é nem mais contribuinte fiscal no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele encaminhou, na comunicação que chegou ontem à tarde, de maneira muito rápida, depois que convocamos o seu filho e o seu sócio, que estava domiciliado no endereço do Rio de Janeiro, parece-me que na Avenida Vieira Souto, nº 530, apartamento 201, em Ipanema.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, Sr. Presidente. Olhe o primeiro tópico lá, primeiro tópico. Escrito o CPF número tal, residente e domiciliado no Flat 8, Tasca, London, UK. Ele é então domiciliado nesse lugar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É. Segundo informações, ele está no Rio. V.Exa. me solicitou, ontem, que encaminhasse ao Juiz Sergio Moro o pedido de detenção do Sr. Julio Faerman, para que ele possa não se evadir e vir depor nesta CPI. Como nós já havíamos feito o pedido à Polícia Federal e à INTERPOL, porque ele não havia sido encontrado, eu irei pedir para a CPI encaminhar essa comunicação ao Juiz Sergio Moro, alertando sobre essa preocupação dos Parlamentares, e pedindo que ele tome as providências cabíveis para garantir que o Sr. Julio Faerman seja ouvido aqui por esta CPI. E as providências cabíveis são: retenção de passaporte, a garantia de que ele não sairá do País e virá, sim, contribuir com os nossos trabalhos.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Até porque a Polícia Federal pode trazê-lo coercitivamente, mas não pode decretar a prisão. Quem decreta a prisão é o Juiz Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa determinação já foi dada à Secretaria e encaminharei hoje o pedido ao Sr. Sergio Moro.

Sr. Gerson de Mello Almada, advirto que V.Exa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista não só o teor dos requerimentos aprovados como também a decisão do Juiz da 10ª Vara Federal do Paraná, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeitos nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante, considerando, inclusive, que consta nos autos do processo do Judiciário da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, Paraná, indicação de ter V.Sa. auxiliado, de maneira relevante, nas investigações realizadas, atuando como colaborador informal das autoridades investigadoras. Portanto, sua conduta, durante esta tomada de depoimento, assume peculiar importância.

Peço a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra o Sr. Gerson de Mello Almada, por até 20 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quero saber quem é o advogado ou advogados que o acompanham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Estão aqui os Srs. Antônio Sérgio A. de Moraes Pitombo, OAB/SP nº 124.516, Guilherme Alfredo de Moraes Nostre, OAB/SP nº 130.665, Cláudio M. Henrique Daólio, OAB/SP nº 172.723, e Priscila Correa Gioia, OAB/DF nº 20.361. Estes são os advogados constituídos pelo Sr. Gerson de Mello Almada.

V.Sa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, apenas uma informação. O advogado é do Grupo Moraes Pitombo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O.k. É o mesmo do Faerman.

O SR. GERSON DE MELLO ALMADA - Exmo. Sr. Dr. Deputado Federal Hugo Motta, ilustríssimo Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito; Exmo. Sr. Dr. Manoel Alvim, ilustríssimo Secretário Executivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito; Exmos. Srs. Deputados Federais aqui presentes, senhoras e senhores, eu razão de minha convocação para comparecer perante a esta ilustríssima Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para a apuração de irregularidades, ocorridas no âmbito da PETROBRAS, gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos: como é de conhecimento desta ilustre Comissão, sou ex-membro do Conselho de Administração da ENGEVIX Engenharia S.A., empresa criada em 1965, que atua nas áreas de engenharia e construções, transportes, óleo e gás, saneamento, concessões, dentre outras.

Atuo na área de petróleo, desde o início da minha carreira profissional, em 1974. Ingressei na ENGEVIX, em 1985, e, desde então, contribuí para o desenvolvimento da empresa, que deixou de atuar exclusivamente em projetos de engenharia, tornando-se uma sociedade plenamente capacitada para o sistema de contratação conhecido como EPC - Engineering, Procurement and Construction e participação em concessões.

No contexto da chamada Operação Lava-Jato, como desdobramento da fase denominada Juízo Final, tive a prisão preventiva decretada, sem que houvesse justificativa para tanto, com o cumprimento respectivo do mandado desde o último dia 14 de novembro de 2014.

Desde então, e não obstante minha permanente intenção de colaborar com as autoridades, fui mantido encarcerado na sede da Polícia Federal de Curitiba, tendo prestado diversos depoimentos e esclarecimentos, tanto na ação penal ajuizada pelo Ministério Público, quanto em investigações policiais.

Recentemente, em 28 de abril de 2015, o Ministro Teori Zavascki, da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, acolheu pedido formulado em *habeas corpus*,



determinando o cumprimento da medida preventiva em regime domiciliar, com o uso de tornozeleira eletrônica.

Por conta disso — e considerando que figuro como réu em ação penal —, exercerei, nesta ocasião, o direito constitucional ao silêncio.

Muito embora eu compreenda e respeite as relevantes atribuições constitucionais dessa ilustríssima Comissão Parlamentar de Inquérito, a eventual repercussão midiática das afirmações formuladas em depoimento poderá vir a prejudicar o exercício do contraditório e da ampla defesa, os quais já têm sido mitigados, ou mesmo desconsiderados, no âmbito dos processos em que figuro como réu.

Por conta disso, e seguindo orientação dos meus advogados, não me manifestarei nesta sessão.

Esclareço também que o exercício do direito ao silêncio e não autoincriminação foi reconhecido pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, ao autorizar o meu deslocamento para Brasília, e, também, pelo Ministro Luís Roberto Barroso, nos autos do HC nº 128333.

Ao final, gostaria de consignar que reconheço os poderes investigatórios e a função constitucional dessa ilustríssima Comissão Parlamentar de Inquérito, que presta grandes serviços ao esclarecimento dos fatos em apuração. Tenho plena convicção e ciência da relevante atuação do Congresso Nacional para reforçar a democracia e para garantir o cumprimento às leis e à Constituição da República, e entendo que a busca da verdade real seja essencial para a solução adequada da chamada Operação Lava-Jato.

Cumprimento a V.Exas. e, agradecendo antecipadamente pela compreensão, renovo os meus protestos de elevada estima e consideração, reiterando a minha real intenção de colaborar com as investigações e com o trabalho dessa Ilustríssima Comissão, de forma compatível com o exercício do direito de defesa e, de forma ampla, perante a jurisdição penal.

Eu estou entregando à Comissão todos os meus depoimentos feitos ao juiz e à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra ao Relator e, em seguida, a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É apenas uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois, não, pode fazê-la.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Nós, agora, estamos na fase de ouvir os empreiteiros, não é? Eu queria propor a V.Exa. que esta CPI evolua para as acareações, porque acho que o Sr. Gerson Almada perde uma ótima oportunidade de prestar esclarecimentos, de defender a companhia a que ele há tantos anos serve, e ele vai abrir mão disso por uma estratégia de defesa.

Sr. Gerson, eu tenho 12 CPIs acumuladas na minha experiência. Essa estratégia é muito boa para o seu advogado e muito ruim para o senhor. E eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas é um direito que o senhor tem.

O que eu quero trazer é o seguinte: eu vou, Sr. Presidente, encaminhar uma acareação entre o Sr. Gerson Almada, o Sr. Pedro Barusco e o Sr. Milton Pascowitch, esse que está preso hoje.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Com o Paulo Roberto também, não é?

Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E, seguramente, essa acareação vai dar uma segunda oportunidade ao Sr. Gerson de falar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos dar a palavra ao Relator...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, eu só queria indagar ao depoente se ele vai ficar calado. Se ele vai ficar calado, dispensa a gente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou passar a palavra ao Relator — ele já anunciou que vai ficar em silêncio —, para que o Relator possa se manifestar, e aí, ele ficando em silêncio...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele leu um texto escrito. Eu só pergunto, de viva voz, se ele vai ficar calado. É só isso que eu quero saber, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.

Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só quero saber se ele vai ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Luiz Sérgio vai perguntar isso. O Deputado Luiz Sérgio é o Relator.

O Deputado Luiz Sérgio está com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu só queria perguntar a V.Sa. se V.Sa. ficará calado ou, dependendo da pergunta que for feita, V.Sa., então, responderia, ou essa decisão de ficar em silêncio seria para todas as perguntas?

O SR. GERSON DE MELLO ALMADA - A decisão de ficar em silêncio, de acordo com a recomendação dos meus advogados, valerá para todas as perguntas, Exmo. Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, nas oitivas que realizamos no Paraná, as pessoas que optaram pelo direito constitucional de ficar em silêncio, eu solicitei a V.Exa. que fossem dispensadas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Lógico.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O objetivo das oitivas é acrescentar, esclarecer, dar subsídio à Relatoria e aos Parlamentares. Como o depoente optou pelo direito constitucional de ficar calado, nós ouviríamos, aqui, muitos discursos, mas eles não acrescentariam ao objeto da CPI, que é a investigação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, mantendo a linha de coerência do procedimento que tive no Paraná, eu peço a V.Exa. que dispense o depoente e que nós possamos encerrar esta sessão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou falar. Eu quero só dizer que a decisão está tomada. Sr. Gerson Almada, o senhor está liberado, por ter optado por ficar calado. Nós, agora, faremos aqui as discussões, porque nós não



vamos ficar aqui o dia inteiro perguntando para o senhor ficar em silêncio. É uma pena para nós. Eu tenho que registrar isso aqui, mas V.Sa. está liberado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Uma pergunta, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Altineu pediu a palavra. Em seguida, darei a palavra a todos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mesmo entendendo o direito constitucional, eu acho um absurdo! É uma quadrilha que assaltou a PETROBRAS. O povo de Itaboraí, do Estado do Rio de Janeiro, e do Brasil está desempregado por causa desse senhor também. Esse senhor tem envolvimento com o Sr. José Dirceu, pagou 1 milhão e 100 mil reais de consultoria ao Sr. José Dirceu, ganhou concessões de aeroportos, participou de obras em praticamente todas as refinarias.

Então, neste momento, eu quero, apesar de reconhecer a atitude de V.Exa... V.Exa. e o Relator têm toda a razão, não discordo disso, mas a minha revolta em trazer um senhor como esse aqui, com o mesmo advogado do Sr. Julio Faerman... Quem está pagando essa conta desses advogados é a PETROBRAS. Esse senhor usou o Sr. Renato Duque para vender uma empresa, como corretor.

O Sr. Pedro Barusco, Sr. Presidente, jogava golfe com o Sr. Milton Pascowitch, que foi preso hoje de manhã, operador exclusivo do Sr. Gerson Almada. Então, eu quero aqui só externar — quero agradecer a V.Exa. a oportunidade de usar a palavra aqui — a minha revolta, porque é muita cara de pau.

No Brasil, infelizmente, existe o direito constitucional de ficar calado, mas essa seria uma oportunidade para esse senhor mostrar aqui e pelo menos responder, porque o povo brasileiro está pagando com o desemprego, Sr. Presidente. Então, eu queria só externar a minha revolta.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra a Deputada Eliziane e, em seguida, o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu estou inscrito.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, a palavra está com a Deputada Eliziane; em seguida, falará o Deputado Izalci; depois, V.Exa., o Deputado João Carlos Bacelar e, em seguida, o Deputado Ivan Valente.

A palavra está com a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa., pois acho que V.Exa. tem tido uma postura interessante nesta Casa, só que sua atitude hoje vai contra a sua atitude em todos os demais momentos desta CPI, Sr. Presidente.

Nós já recebemos aqui vários depoentes que se reservaram o direito de ficar em silêncio, mas, em alguns momentos, nós conseguimos retirar deles informações importantes, Sr. Presidente.

Eu acho que a decisão de hoje abre um precedente muito complicado para a Comissão. Nós chegamos a ouvir aqui, por exemplo, Renato Duque, que respondeu perguntas; em Curitiba, por exemplo, nós chegamos a ouvir o Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deixe-me só finalizar, Sr. Presidente, por sua bondade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nós ouvimos lá um dos acusados, Pedro Corrêa, que iniciou o depoimento dizendo que não ia falar e acabou falando, respondendo todas as perguntas, Sr. Presidente.

Eu quero dizer a V.Exa. que estou me sentindo frustrada. Nós sabíamos, e é um fato, que alguns vêm para cá e dizem que não vão falar, mas nós não podemos repetir o que aconteceu, Sr. Presidente.

Eu quero manifestar o meu repúdio à atitude de V.Exa., muito embora tenha V.Exa. a minha admiração e o meu respeito bem como o meu reconhecimento da conduta diligente que V.Exa. tem adotado nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Acato o repúdio de V.Exa., porém não concordo. Nós tivemos já aqui... V.Exa. cita algumas perguntas que possivelmente eles poderiam responder. A grande maioria dos depoimentos em que



as pessoas optaram por ficar caladas foram improdutivos. Isso foi visto em Curitiba e foi visto aqui.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Foram, sim, Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Por favor, Sr. Presidente! O ex-Deputado Pedro... Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Pedro Corrêa não deu nenhuma informação relevante para a investigação!

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, Sr. Presidente, mas nós fizemos o nosso papel!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quando você perguntava alguma coisa, ele não dizia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nós fizemos o nosso papel, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deu, Presidente, deu. Ele disse que o PP não conhecia Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, mas...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O silêncio, Sr. Presidente, significa muito. Uma reação significa muito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, eu não estou aqui... Quando essas pessoas vêm para cá, quem fica mais frustrado aqui sou eu. Eu não vou ficar aqui 8 horas, 7 horas...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, é nosso papel, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Vamos produzir, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nós estamos aqui para isso!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Izalci tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Izalci e, em seguida, V.Exa., pela Liderança. Já havia dado a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou acrescentar ao meu tempo o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. fala pela Liderança do PSDB. Terá 8 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou ser rápido. Não vou falar os 8 minutos, Sr. Presidente.

Eu só quero dizer, mais uma vez, corroborando o que já foi dito, que essa atitude de hoje define os rumos da CPI. Isso quer dizer que a partir de hoje só vai falar aqui quem já fez a delação premiada, é óbvio, porque os demais não vão dizer nada.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ele fez delação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não fez delação, não. Ele contribuiu...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Todas as informações que ele deu ao juiz federal estão aqui, à disposição dos Deputados, e são sigilosas. Elas estão aqui, foram entregues.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me dizer a V.Exa., Sr. Presidente: nós temos os Poder Judiciário, nós temos o Ministério Público, a Polícia Federal, que fazem investigações muitas vezes sob sigilo. Não há divulgação nenhuma. A população está acompanhando. Eu tenho certeza absoluta de que a *TV Câmara* nunca teve tanta audiência como neste momento. A população quer acompanhar o que está acontecendo com a PETROBRAS, e aqui, na CPI, não só a população pode acompanhar, mas nós conseguimos avançar em alguns depoimentos de pessoas que inicialmente disseram que não iam falar nada e que deram, sim, contribuições que vão ajudar nas investigações. Portanto, as pessoas podem até



dizer que não vão falar e não falar nada, mas as CPIs são obrigadas a ouvir, e a população pode acompanhar o que nós estamos levantando aqui.

Eu sei que alguns Deputados, de alguns partidos, não querem que nós discutamos muita coisa aqui, porque quanto menos falarem, melhor, mas eu quero registrar e até, depois, definir, Sr. Presidente, uma nova regra para a CPI, porque caso nós mantenhamos esse procedimento de não ouvir quem não quer falar, eu acho que não justifica nem a continuidade dos trabalhos; deixa por conta da Polícia Federal e por conta do Ministério Público.

Agora, a população merece, e essa é a nossa característica. Na prática, a CPI tem essa característica: é uma coisa transparente, para que as pessoas possam acompanhar.

Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que, nos próximos depoimentos, nós pudéssemos rever esse procedimento. Haverá depoimentos terça e quinta-feira da semana que vem. Se chegar alguém e disser que não vai falar, que nós possamos nos manifestar... Mesmo que V.Exa. não se disponha a ficar aqui 8 horas, que coloque o 1º Vice, o 2º Vice, o 3º Vice, o 4º Vice, eu me proponho a ficar como Presidente, mas nós temos, sim, que dar oportunidade a todos de se manifestarem e passar para a população brasileira o que está acontecendo neste País.

Os procedimentos realizados pelo Ministério Público e pelo Judiciário são sigilosos, não têm transparência, porque esse não é o objetivo deles. Agora aqui, não. Aqui é a Casa do povo; nós representamos a sociedade, e a sociedade merece acompanhar aquilo que nós estamos fazendo.

Portanto, eu acho que essa decisão foi equivocada e peço a V.Exa. que possamos refletir um pouco melhor e tomar uma decisão coletiva, e não uma decisão do Presidente. Acho que esse ponto é muito importante.

Quero elogiar o trabalho de V.Exa. V.Exa. tem feito um trabalho maravilhoso, com muita competência, transparência, dando a todos a oportunidade de falar, mas hoje acho que nós poderíamos ter um pouco mais de paciência e ouvir realmente os depoentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar, pela Liderança do PR. V.Exa. tem até 6 minutos. Em seguida...



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, nós tínhamos uma lista de inscrição pelas Lideranças. Ela deve ser seguida, como foi feito em todas as audiências.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Também quero falar pela Liderança do PSOL. Ivan Valente. Aqui.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Era o Deputado Izalci primeiro, depois eu. Existe uma inscrição aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra ao Deputado João Carlos Bacelar, depois a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta; Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio; Sras. e Srs. Deputados, eu queria primeiramente dizer nesta Comissão, que reputo uma das mais importantes da história do Congresso Nacional, porque nós estamos passando o Brasil a limpo, que nós temos que ter produtividade.

Eu fiz um levantamento: há 111 requerimentos aprovados. Se em cada reunião ficarmos 8, 10 horas, acaba o ano e nós não vamos dar uma destinação a esta CPI. Acaba o mandato e vamos ficar aqui discutindo. Então, se as pessoas têm o direito constitucional de ficar caladas, eu acho que foi acertada a decisão de V.Exa., foi acertada a decisão do Relator, Deputado Luiz Sérgio, de liberá-las e fazer a fila andar.

Eu vi a pauta — e essa pauta tem que ser divulgada para o Brasil, Deputado Luiz Sérgio, porque esta Comissão tem trabalhado, e muito: nós temos quase 30 requerimentos para 15 dias de audiência — 15 dias não corridos. Entre o dia 20 de maio e o dia 9 de junho, temos 30 requerimentos de convocação. E temos 111 aprovados ao todo. O que quero aqui saber — eu não; a Comissão e o Brasil — é se as pessoas vão falar ou não vão falar. Então, eu queria, em nome do meu partido, dizer que foi acertada a decisão de V.Exa. hoje, mas também poderíamos criar uma regra, porque vi vários pares reclamando. Então, talvez pudéssemos dar meia hora, 30 minutos, para pelo menos fazerem algumas perguntas, e criar uma regra para todos os outros depoentes que virão a esta Comissão. Assim, acho que nós vamos produzir. Há depoentes que vão querer falar. Há depoentes que estão se colocando à disposição desta Comissão — eu já recebi pelo menos 2 ou 3 informações de que



existem depoentes que querem passar o Brasil a limpo, principalmente na área de refinaria, da qual o Deputado Altineu é o Relator.

Então, Deputado Altineu, eu acho que esta Comissão tem prestado relevantes serviços para o Brasil, para a sociedade brasileira, para o Congresso Nacional. Agora, temos que ter produtividade. Não adianta nós fazermos da audiência pública um trampolim para candidatura a Governador, candidatura a Prefeito de capitais ou de grandes cidades brasileiras.

Quero dizer que V.Exa. está de parabéns pela condução destes trabalhos, junto com o Relator Luiz Sérgio, mas vamos criar uma regra. Acho que o depoente poderia ficar aqui pelo menos 30 minutos, e uma audiência como esta, em vez de demorar 8 horas, pode demorar 1 hora e meia, 2 horas.

E, se V.Exa. puder fazer uma prévia, mais ou menos, de quem vai falar ou não vai falar, em uma audiência desta poderíamos ouvir 3 pessoas, 4 pessoas e dar celeridade ao processo.

Então, são essas as palavras nossas.

Quero, mais uma vez, parabenizá-los pela posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. fala pelo Bloco do PRB e tem até 4 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu tenho sido um defensor de V.Exa. e da sua condução na CPI. Não que V.Exa. precise de alguma defesa, mas a sua condução tem sido excepcional e exemplar à frente da CPI. Mas hoje eu vou me alinhar à Deputada Eliziane e ao Deputado Onyx Lorenzoni, dizendo que eu também não concordo com a decisão de V.Exa.

Esse cidadão que se sentou aqui, o Gerson, é figura fundamental e essencial em todo esse desvio de recursos da PETROBRAS. Se nós formos tomar essa postura com relação a todos os empreiteiros que se sentarem aqui — e era o temor desta CPI que, com a decisão do Supremo Tribunal Federal de soltura desses cidadãos, isso fosse acontecer —, a CPI vai perder muito da sua oportunidade de esclarecer ao Brasil o que aconteceu na PETROBRAS.

Essa é uma postura que será adotada por todos os empreiteiros que se sentarem aqui na CPI. Nós não podemos concordar com isso. Eles têm o direito



constitucional de não falar, e nós temos o direito, como Parlamentares desta CPI, de perguntar a eles o que foi feito na PETROBRAS.

Então, eu vou discordar da decisão de V.Exa. e pedir que, na próxima oportunidade, V.Exa. leve ao Plenário essa decisão. Eu acho que, se nós tomarmos essa decisão em todos os depoimentos, de todos esses empreiteiros, a CPI perderá muito, e o Brasil vai perder muito também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu vou ousar hoje discordar de V.Exa. Eu acho que a sua conduta, hoje, foi uma falta de respeito com os Parlamentares que estão aqui desde cedo querendo conversar e questionar.

Lembro ainda a V.Exa. que, processualmente falando, todo investigado tem que vir à CPI. Ele vai ser qualificado e, uma vez qualificado, pode se reservar o direito constitucional de ficar calado, mas tem que responder as perguntas dos Deputados. Processualmente falando, é assim.

Gostaria de discordar também da Liderança do PR. Aqui ninguém quer fazer circo. Ninguém está correndo atrás de candidatura a "x", àquilo. Na verdade, ninguém está buscando trampolim político, não. Nós estamos querendo trabalhar. Pode ver que estou ansioso. Não perco um evento daqui.

Eu vejo que a sociedade brasileira vai ficar muito triste com a atitude tomada hoje por V.Exa. Nós estamos abrindo uma porta para a impunidade e para que esta Comissão vire *pizza*. Eu queria que o símbolo desta Comissão fosse outro, não fosse *pizza*. Fiquei realmente muito triste hoje, porque eu gostaria de questionar.

Eu vi que rapidamente nós criamos uma barreira de proteção aos empreiteiros. Nós ouvimos em Curitiba doleiros, ouvimos traficantes, ouvimos pessoas de todas as características. Mas hoje nós abrimos a porta para o empreiteiro. Será que as doações que ele fez a políticos fizeram com que fosse tomada essa atitude? Não! Eu não quero acreditar nisso, não. Mas eu fico realmente muito triste hoje, Sr. Presidente. Realmente fiquei muito decepcionado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, vamos seguir a ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu fui citado. Conceda-me um minutinho por gentileza.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, ninguém foi citado, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra ao Deputado João Carlos Bacelar, por 1 minuto, para que ele possa usar do direito de resposta. Em seguida, darei a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, pela Liderança do Democratas, e ao Deputado Ivan Valente depois.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela Liderança também.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu queria dizer, Sr. Presidente, que ninguém está dizendo que isto aqui é um circo. O Delegado Waldir é um delegado respeitado e tem experiência nesses procedimentos operacionais. Eu respeito a posição de S.Exa., mas quero dizer que isto aqui não é um circo. O Brasil pegou alguns empreiteiros, inclusive o executivo da Toyo Setal, que veio aqui, resolveu falar e deu grandes contribuições. Agora, nós temos 111 requerimentos aprovados. Ficarmos aqui 8 horas só perguntando, e eles dizendo que vão ficar calados, eu acho que é improdutivo para o Brasil.

Eu acho que nós deveríamos, Deputado Ivan Valente, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado João Gualberto, criar uma regra. Já que alguns vão ficar calados e outros querem falar, para quem ficar calado, devemos criar uma regra e abrir para o Plenário meia hora, 1 hora, para fazer algumas perguntas, mas não passar o dia todo improdutivo.

Hoje nós temos audiências, temos que ir ao plenário, temos que votar a reforma política, temos que fazer o Brasil andar. Se vier algum depoente para cá e ficar 8 horas calado, dizendo que não vai falar, e nós ficarmos perguntando, perguntando, perguntando, isso será improdutivo para o Brasil.

Então, eu aconselho V.Exa. e o Relator Luiz Sérgio a criarem uma regra para dar oportunidade, democratizar o processo, neste debate, mas não passarmos aqui o dia todo sem produzir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, pela Liderança do Democratas. V.Exa. tem até 5 minutos.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, nós somos seres humanos. Então, temos dias bons e temos o dias ruins. É assim na nossa vida cotidiana, é assim na nossa família e é assim no nosso trabalho.

Todos aqui e o Brasil reconhecem o extraordinário trabalho que V.Exa. tem feito nesta Comissão. V.Exa. é um jovem Parlamentar, corajoso, correto, equilibrado e vem conduzindo esta CPI muito bem. Eu me somo ao Deputado Altineu, ao Deputado Izalci e a outros que disseram que esta CPI pode se transformar num instrumento importante da sociedade brasileira em busca de justiça, transparência e combate à corrupção. E V.Exa. tem sido o grande comandante desse processo aqui.

O cidadão que esteve aqui hoje tem muito a falar. Sabem disso aqueles que leram os depoimentos que ele prestou à Justiça Federal. Mas ele tem o direito constitucional de ficar em silêncio, e nós temos o direito constitucional, a obrigação e o dever parlamentar de perguntar.

As CPIs, Sr. Presidente, não são só investigativas, não. As CPIs são pedagógicas; elas fazem a tradução da pauta jurídica, dos aspectos técnicos, para que a sociedade do nosso País — e é por isso que todos nós fomos eleitos — possa compreender o que está acontecendo com o nosso País. As pessoas não têm familiaridade com a tipificação penal; as pessoas não têm familiaridade com as transações dentro e fora do Brasil que permitiram o desvio de dinheiro, e é esse trabalho de tradução que nós Parlamentares fazemos. Aqui está o Sub-Relator Altineu Côrtes, que representa sua Itaboraí, e eu tento fazer o mesmo pela população do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Nós tentamos com correção, com dignidade, fazer com que as pessoas compreendam a gravidade do que aconteceu dentro da PETROBRAS, o esquema que se montou.

Então, em nome disso, eu quero fazer uma proposta objetiva, Sr. Presidente. Quando a pessoa disser que vai ficar em silêncio, primeiro que V.Exa. se referencie ao plenário ou crie a regra de que, até 2 horas, nós vamos perguntar. Vamos fazer por 2 horas a tradução do que aquela pessoa praticou de atos criminosos, porque a população não sabe.

Eu quero trazer uma pergunta para esse cidadão: por que a Presidenta Dilma Rousseff foi interveniente num contrato quando essa empresa constitui o estaleiro



Rio Grande? O que um agente político está fazendo num contrato de constituição de um estaleiro? Ela era Ministra de Estado na época. Essa é uma pergunta.

Outra questão que eu quero reafirmar a V.Exa. é a necessidade de que nós evoluamos — eu sei que V.Exa. pensa nisso, V.Exa. já dividiu isso conosco —, que nós possamos entrar na fase das acareações. Aí nós podemos fazer uma reunião administrativa, e a Comissão, por meio de seu Plenário, pode estabelecer um conjunto de pessoas para realmente produzir.

Por fim, eu quero reforçar a posição da Deputada Eliziane Gama, que disse que lá em Curitiba algumas pessoas falaram. Eu quero lembrar a frase que eu construí em relação a Pedro Corrêa. Ele se sentou e disse: *“Eu não vou falar. Vou usar o meu direito constitucional de ficar calado”*. E eu lhe perguntei se ele ria covardemente ficar atrás do direito constitucional ou se iria usar a dignidade de pai para, no mínimo, proteger a filha Aline. Ele se desestabilizou de sua condição original e fez um longo depoimento. Todos os Parlamentares o questionaram, ele respondeu, duelou com vários Parlamentares e nos deu informações relevantes, como eu já demonstrei aqui.

Ele disse inclusive que Paulo Roberto Costa foi levado à Diretoria da PETROBRAS por Luiz Inácio Lula da Silva, na cota do partido Progressista, para trabalhar para o Partido Progressista. Ninguém no Partido Progressista conhecia Paulo Roberto Costa! Paulo Roberto Costa é um apadrinhado Luiz Inácio Lula da Silva — e só o que eu estou dizendo aqui nessa frase dá ideia da dimensão da validade do depoimento de Pedro Corrêa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Barriga de aluguel.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Exatamente, barriga de aluguel.

Então, V.Exas. vejam bem a dimensão disso e como isso se reitera nos vários depoimentos que constam dos autos da operação. Deputado João Carlos Bacelar, quando vão pegar propina para o PP, os agentes fazem questão de dizer que é para o PP.

Hoje, eu tenho firmada a convicção de que isso era orquestrado para “escantear” a indicação original feita por Lula. Mas essa é uma coisa que nós vamos ter que investigar.



Eu queria apenas, Sr. Presidente, fazer essa ponderação. Eles têm o direito de ficar calados, nós temos o direito de perguntar. Mas a sociedade brasileira tem o direito de entender, compreender e poder se revoltar contra essa quadrilha que roubou a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, pela Liderança do PSOL, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria lamentar a decisão de V.Exa., porque acho que V.Exa. cometeu um grave equívoco hoje, abriu um precedente perigoso para a CPI, porque nós já discutimos essa questão várias vezes nesta Comissão, inclusive em Curitiba.

O cidadão vai lá e, se não quer falar, nós vamos liberar? Não foi essa a decisão da CPI. Nunca foi! Mesmo àqueles mais duros, como o Sr. Fernando Baiano, que se trancou, não abriu a cara, não mexeu o semblante, nós perguntamos todas as questões. Às vezes, o silêncio ensurdecador e a postura já são reveladores de alguma coisa. Outros falam pela metade. Nosso direito é o de perguntar, o direito constitucional dele é não responder, mas não foi isso que aconteceu na maioria das questões.

Um cidadão acusado desse jeito, um empresário, um empreiteiro vem aqui, senta-se do lado de seu advogado e declara: "*Não vou falar nada*". Nós lhe fizemos perguntas, e ele disse: "*Então, estou liberado? Tchau, vou embora*".

Essa é uma desmoralização para a CPI! É a minha opinião. Só o fato de ele estar sentado, exposto e ter que ouvir perguntas sobre várias questões que a maioria da população não sabe porque não leu o processo, nem tem condições de saber, é um erro grave, Sr. Presidente, é um equívoco que não pode se repetir.

Neste momento, eu acho que a decisão de V.Exa. foi monocrática. É um péssimo exemplo, que, aliás, está sendo seguido pelo Presidente da Casa, que toma decisões monocráticas constantes nesta Casa, ditatoriais. Nós não podemos aceitar isso!

Peço a V.Exa. que consulte o coletivo antes de tomar decisões desse tipo. A CPI tem duas retas. Ou ela se realiza e se legitima como um instrumento de



investigação e esclarecimento, ou ela corre o risco de tomar o caminho da desmoralização, e não é difícil que isso aconteça.

Ontem mesmo, já com o caso Janene aqui, nós perigosamente trilhamos caminhos que para a sociedade brasileira não ficaram claros. Uma revista publicou que o Janene não tinha sido enterrado. Em seguida, a viúva disse que isso era tudo fantasia, e nós estávamos aqui querendo fazer exumação. Que negócio é esse? Nós temos que caminhar com precisão, a passos firmes. Nós temos que ouvir as pessoas que interessam.

De fato, a CPI precisa ouvir quem precisa ouvir. Não é só aprovar 300 requerimentos de pessoas que prestaram serviços. Há uma ansiedade na sociedade. Quem é mais visto não é o trabalho da Polícia Federal nem do Ministério Público. Ele é publicado depois.

Aqui, não. Aqui, nós estamos com a visibilidade aberta. É preciso mostrar alguma coisa, inquirir as pessoas. Mesmo que as pessoas não falem, de alguma forma, faz parte do trabalho da CPI fazer isso.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero propor que esta Comissão estabeleça um roteiro de esclarecimento para que a gente não aceite mais essa questão de não ouvir. Quem vai determinar se ele vai embora ou não é o bom senso da própria CPI. Se passou uma hora, meia hora, duas horas e o cara estiver falando alguma coisa, a gente o dispensa depois.

Quero propor a V.Exa. também o seguinte: na próxima reunião da CPI, nós vamos fazer uma proposta e peço que o plenário a encampe. Nós vamos fechar a CPI por uma hora. Eu quero discutir o assunto Kroll, quero discutir o contrato da Kroll aqui dentro. E quero convocar o assinante do contrato da Kroll. Nós não vamos mais ficar em silêncio ou não podendo saber, como membro titular da CPI, quem está sendo investigado pela Kroll.

Então, na próxima terça-feira, antes do depoimento, peço que se feche a CPI e que nós possamos ouvir de quem conversou e de quem assinou o contrato da Kroll quem são os investigados, por que esses aí, por que a CPI não pode deliberar sobre os trabalhos que devem ser feitos para a empresa investigadora para a qual o dinheiro público está sendo pago pela CPI, e outras questões desse tipo.



Nós temos que democratizar as decisões da CPI. Peço a V.Exa. que siga esse roteiro, por favor, respeitando o seu trabalho, mas também quero, como Deputado, ser respeitado na decisão. V.Exa. tomou uma decisão monocrática e não deveria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado João Gualberto, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, a atitude do V.Exa. hoje, no imaginário das pessoas, de todos os brasileiros que imaginam que mais uma CPI vai terminar em pizza, fez com que as pessoas acreditem nisso. Nós já ouvimos vários depoentes aqui que, baseados na lei, reservaram-se o direito de não falar, e nós perguntamos. Então, essa atitude hoje faz com que a população fique pensando se realmente vai terminar em pizza.

Todo mundo espera, todo mundo sabe que o grande chefe dessa quadrilha que assaltou a PETROBRAS é o Presidente Lula e depois a Presidente Dilma também. Então, as pessoas esperam que cheguem até eles. Nunca chegam até essas pessoas. E volta a CPI. Ninguém aqui é inocente de achar que o chefe dessa quadrilha não é Lula. E a gente não vê essas pessoas vindo dar depoimento, nada. Não sei como está isso, mas é quem deveria vir aqui.

Aí chegam os empresários. O Delegado Waldir questionou: *“Será que é porque esses empresários deram dinheiro a vários Deputados e foram liberados rapidamente?”* Não sei. É um questionamento que ele fez. Mas eu fico até querendo acreditar.

Hoje, por coincidência, a gente não vê nem um Deputado do PT aqui, a não ser o Relator. Parece que foram todos embora, ou seja, parece até que eles já sabiam que o depoente não ia falar nada. É tanto que a tropa de choque do PT não veio hoje para defender os marginais, os ladrões que roubaram dinheiro público. Eles não estão aqui hoje.

Então, eu acho que, nas próximas oitivas, para aqueles que não vão falar — talvez daqui para frente sejam todos, a não ser aqueles que fizeram delação premiada — devêssemos trocar o depoimento por acareação. Não adianta vir aqui,



todo mundo se mobilizar. Eu estava há pouco em uma reunião da liderança do PSDB, tive que me deslocar para cá, chego aqui e não há nada.

Então, Sr. Presidente, gostaria que hoje ainda V.Exa. tomasse uma decisão e falasse, informasse para a gente como serão as próximas oitivas, se serão desse jeito, se vão ser liberados. Gostaria que V.Exa. se pronunciasse aqui antes de encerrar esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Luiz Sérgio pede a palavra? V.Exa. tem a palavra. Não há mais Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, quando se iniciou a sessão, os Deputados Afonso Florence e Valmir Prascidelli estavam aqui e saíram da mesma forma que vários Parlamentares saíram, desde o momento em que o Sr. Gerson Almada afirmou que não ria e que não queria falar.

Segundo, quero reforçar aqui a minha convicção. Em Curitiba, eu solicitei a dispensa daqueles que optaram por não falar. Pedro Corrêa, o ex-Deputado, ele disse que poderia falar, dependendo do tema que fosse perguntado. Então, por isso ele permaneceu no plenário.

As oitivas têm o poder, no meu entender, de acrescentar, trazer novos dados. O depoimento é para isso. Para os discursos políticos, nós temos a tribuna do plenário da Câmara. O Parlamentar se inscreve para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, para falar como Líder, e faz o debate político lá.

Agora, outro detalhe é que nós temos que buscar a verdade. E a verdade pode ser aquilo que queremos e pode ser aquilo que nós também não gostaríamos que fosse. Mas já vir com um juízo predeterminado segundo o qual há o chefe da quadrilha, e trazer para cá uma disputa eleitoral como um processo da acirrada disputa que nós tivemos, é também negar o objetivo para o qual a CPI foi criada.

Então, eu pedi a dispensa do Sr. Gerson, porque optou por ficar em silêncio. E tomarei esta atitude com todos os outros que optarem ficar em silêncio, porque eu não vejo produtividade em permanecer numa sessão por 4, 5, 6 horas ouvindo discursos sucessivos e que não acrescentam nada a esta relatoria e nem às sub-relatorias que foram criadas.

Então, Deputado Hugo Motta, entendo que a decisão de V.Exa. foi uma decisão objetivando aquilo que é essencial para esta CPI: trazer dados que possam



complementar as investigações que aqui estão acontecendo. Como já falei, os discursos, eu acho até que ficam num local muito melhor sendo feito no plenário político e maior da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós não estivemos presentes desde o início dos trabalhos desta Comissão nesta manhã, mas fato é que nós, ainda que a distância, acompanhamos o ocorrido aqui.

Eu começo dizendo, Deputado Hugo, que V.Exa. tem-se pautado nesta Comissão com extraordinária isenção de ânimo. Quantas vezes nós vimos aqui a base do Governo se rebelar contra V.Exa., porque entendíamos que V.Exa. estaria tomando uma decisão que era pleito político da Oposição. E o inverso várias vezes também ocorrera. Por quê? Porque V.Exa. tem conduzido os trabalhos desta CPI com uma desenvoltura, com uma altivez que há muito tempo nós não vemos na história dos condutores de CPI nesta Casa.

E V.Exa. é sabedor de que, quando definíamos que V.Exa. seria o Presidente desta Comissão, eu manifestei a minha preocupação pela juventude de V.Exa. E eu me rendi e me rendo, reconhecendo o engano que estava cometendo. V.Exa. tem permitido a todos que, com direito regimental, pleiteiem tudo e qualquer coisa nesta Comissão. Nós e o Relator definimos com extraordinária clareza o cenário desta manhã.

Qual é o proveito para esta Comissão ficarmos aqui interrogando um mudo, interrogando um depoente que já adiantou à Comissão que não iria falar absolutamente nada? Qual seria o proveito? Ficarmos aqui, como disse o Relator, 4 ou 5 horas fazendo perguntas, fazendo acusações, fazendo discursos políticos? Para quem e para quê? V.Exa. adotou a coisa correta. É um direito do depoente não falar nada. Se é um direito dele, que respeitemos o direito de cada um.

Então, Deputado Hugo Motta, venho aqui para dizer a V.Exa. do orgulho que tenho, como Deputado, como peemedebista, de ter V.Exa. conduzindo com tamanha grandeza de homem e de Parlamentar esta CPI, o que sempre caracterizou a conduta de V.Exa. nesta Comissão. Não será discurso político, não serão acusações desprovidas de qualquer mérito que irão ofuscar o brilho com que V.Exa. tem conduzido esta CPI.



Portanto, adiante e vamos buscar a verdade, como disse o Relator. É para isso que esta CPI existe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero aqui agradecer a V.Exa. esse reconhecimento, pela experiência que V.Exa. tem nesta Casa.

Antes de dar a palavra ao Deputado João Bacelar, gostaria de dizer que os Parlamentares foram cadastrados para acessar os documentos sigilosos e irão receber um envelope lacrado com senha provisória e, em seguida, assinarão um termo de compromisso na Secretaria da CPI e poderão acessar o sistema para alteração da senha. A estrutura foi pensada com os devidos critérios de segurança.

Deputado João Bacelar tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sr. Relator, nós não podemos deixar nesta CPI, que está fazendo um relevante trabalho para a Nação brasileira, que venhamos trazer um terceiro turno, que venhamos debater um terceiro turno, uma posição política, eleitoral, que não é o foco desta CPI.

O foco desta CPI é investigar os desmandos na PETROBRAS. E isso V.Exa., o Relator Luiz Sérgio, os Sub-Relatores, os pares aqui têm feito com muita coerência, muita prudência. Então, a gente escuta aqui alguns discursos inflamados. Quero aqui parabenizar o Deputado Edio, que acabou de me anteceder, pela sua ponderação, Deputado. V.Exa. disse exatamente o que eu queria falar.

Esta CPI não precisa de discursos em cima de discursos, em cima de discursos. Esta CPI precisa produzir para o Brasil. Nós temos 111 requerimentos aqui aprovados. Nós temos um prazo determinado. A CPI tem que ter início, meio e fim. Ela deve ser inclusive prorrogada, porque são muitos requerimentos, é muito trabalho, são muitas audiências, muitas visitas. Quero parabenizar aqui a condução de V.Exa. em Curitiba. Eu não tive oportunidade de ir, porque eu tinha outros compromissos agendados, mas soube que foi um sucesso a ida lá; a ida também dos Deputados a Londres. Foi muito produtivo, Deputado Onyx Lorenzoni, até porque as informações obtidas lá vão corroborar para o andamento aqui da CPI, e esse depoimento do Sr. Faerman, no dia 3 de junho. Tem a visita a Washington e podem aparecer outras mais.



Mas precisamos dar andamento ao cronograma. Precisamos fazer esse cronograma ser cumprido. Precisamos fazer com que os Sub-Relatores convoquem as pessoas, tragam informações adicionais. Nós não vamos precisar aqui ficar fazendo discursos e mais discursos, perguntas e mais perguntas que não vão levar a nada. É o nada para o infinito. Então, se o depoente admitiu que vai ficar calado, vai usar o direito constitucional, orientado por seus advogados, nós temos que fazer cumprir a Constituição brasileira. Nós temos que fazer cumprir o Regimento Interno desta Casa. E V.Exa. tem feito isso com muita maestria junto com o nobre Relator, Deputado Luiz Sérgio.

Então, não vamos admitir aqui essa crítica a esta CPI. Não vamos admitir aqui dizer que não existe democracia, porque está tendo democracia sim. V.Exa. e o Relator têm debatido conosco, têm debatido com a Comissão, têm pedido informações, têm pedidos sugestões. V.Exa. é um jovem Parlamentar de 24, 25 anos de idade, com um futuro brilhante no seu Estado e no Brasil. O Estado da Paraíba, hoje, deve ter orgulho de ter V.Exa. sentado nessa cadeira.

Então, não vamos deixar aqui que ninguém venha querer manchar esta CPI. Então, a atitude tomada hoje foi prudente, regimental e, acima de tudo, constitucional. Então, volto a repetir. Poderíamos criar um pouco mais de flexibilidade, meia hora, uma hora, para fazer algumas perguntas, mesmo sabendo que o depoente vai ficar calado, e encerrar e chamar outro. Então, nesses casos mais críticos poderíamos... O dia de quinta-feira é um dia extremamente produtivo. Eu tenho hoje à tarde seis audiências externas com Ministério, atendimento a Prefeito, na Câmara dos Deputados, em outras Comissões. Precisamos produzir. Não podemos ficar aqui perguntando, perguntando, perguntando, perguntando, perguntando, perguntando *ad aeternum* e o depoente dizendo que vai cumprir a Constituição, vai ficar calado. Então, não vamos deixar isso acontecer e nem vamos permitir que manchem esta nobre CPI que V.Exa., junto com o Relator Luiz Sérgio, têm conduzido com grande maestria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só uma pergunta a respeito da sugestão que eu fiz sobre a gente fechar a CPI na próxima reunião por meia hora, uma hora, para discutir uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou atender o pedido da Deputada Eliziane Gama, que requisitou antes de V.Exa., para que a gente faça uma reunião, não uma reunião como essa aqui, mas uma reunião fechada, na sala, para que a gente trate sobre a Kroll. Porque eu acredito ser improdutivo, em uma dia de oitiva, onde há expectativa de que as pessoas possam falar, nós ficarmos aqui, porque eu sei que essas reuniões não duram só meia hora, uma hora. Então, vamos fazer uma reunião fechada em outro momento, à tarde, eu irei marcar um dia na semana que vem, mas eu me comprometo a que a gente possa sentar a semana que vem para debater sobre a Kroll e outros assuntos que V.Exas. desejarem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor vai marcar um dia da semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um dia da semana que vem, terça ou quarta-feira. Vamos ver o melhor dia. Nós vamos votar a reforma política a partir da segunda, Deputado Ivan, e temos oitiva terça, quarta e quinta. Então, nós temos que encontrar um horário que não prejudique as votações, nem o nosso trabalho aqui. Mas irei atender os pedidos de V.Exas. como sempre tenho procurado fazer.

Deputado Altineu, para encerrar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu quero aqui me somar às palavras do Deputado João Bacelar. O senhor hoje jovem, o senhor é admirado pelo Brasil inteiro. Eu comentei com o senhor ontem, numa brincadeira, mas que é verdade. Os meus filhos falam do senhor e dizem: *“Pai, aquele Deputado jovem lá, ele não é fácil”*. O senhor tem tido aqui uma condução imparcial, sem sombra de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O que acontece, eu até falo com revolta, porque, na realidade o Brasil inteiro quer ouvir essas pessoas que vêm aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós queremos ouvir.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Nós queremos ouvir. Estão envolvidos no maior escândalo de corrupção do País. Isso é natural.

O que eu gostaria de sugerir a V.Exa. dentro da sua sabedoria é que nós pudéssemos pensar, V.Exa. pudesse pensar, sem atrapalhar os trabalhos da CPI e para cumprir essa agenda e ter celeridade, mas que pudesse talvez estudar pelo menos um tempo de um depoente como esse vir aqui.

Eu, por exemplo, tenho interesse de ouvir muitas pessoas aqui. Então, eu tenho interesse na celeridade máxima desta CPI.

Agora, eu gostaria de ter feito e olhado nos olhos desse senhor hoje para que ele ouvisse umas perguntas minhas. Por exemplo, existem suspeitas de que ele está envolvido numa quadrilha ligada a petroquímicas, que ele não aparece. São diversas situações. Então, eu acho que talvez devesse, na inteligência de V.Exa., achar um caminho para que essas pessoas pudessem pelo menos ficar aqui 30 minutos, como o Deputado João Bacelar falou, ou uma hora, enfim, para que nós pudéssemos pelo menos fazer uma pergunta e olhar na expressão facial da pessoa para ver qual seria ali a sua resposta, mesmo sem usar a palavra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu tenho aqui em mãos a transcrição da ação penal de depoimento do Sr. Gerson de Mello Almada, um processo que está em sigilo, que ele deixou aqui e eu colocarei à disposição dos Parlamentares na sala-cofre. É uma ação em que o autor é o Ministério Público Federal e tem como réu Waldomiro de Oliveira, Paulo Roberto Costa, Newton Prado Junior, Luiz Roberto Pereira, Gerson de Mello Almada, Enivaldo Quadrado, Carlos Eduardo Strauch Albero, Carlos Alberto Pereira da Costa e o Sr. Alberto Youssef.

Então, isso aqui passa a partir de agora a estar à disposição dos Parlamentares na sala-cofre.

Eu ouvi todos os comentários.

Deputada Eliziane gostaria de falar?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria só, Sr. Presidente, considerando inclusive a fala dos anteriores, eu queria mais uma vez fazer, na verdade, um apelo a V.Exa. V.Exa. sabe da minha admiração por V.Exa., como já foi colocado aqui, pela sua idade, pela responsabilidade grandiosa que V.Exa. tem em



conduzir a CPI, que é a CPI mais proeminente desta Casa, com um nível de responsabilidade muito grande. Acho que inclusive esta CPI tem caminhado num ritmo importante, considerando as demais que já passaram aqui, com os depoimentos, com as oitivas. Mas também acho que poderia ter evoluído mais ainda.

Como, por exemplo, colocarmos em pauta a votação de requerimentos importantes; como, por exemplo, aprovarmos aqui quebras de sigilos fiscais, telefônicos e bancários. Essa quebra ela é ultrafundamental para preceder os depoimentos.

Outra coisa, às vezes você recebe aqui um depoente e ele fala um monte de mentira. Às vezes, essas informações elas acabam sendo até irrelevantes. Mas quando você quebra o sigilo, você tem uma informação materializada. Então, daí a necessidade e a importância dessas informações materializadas, portanto, dessas quebras.

Por exemplo, eu quero dizer a V.Exa. que eu fiquei hoje, assim, eu acho que poucas vezes eu me senti tão frustrada neste Parlamento como eu me senti hoje, porque no Paraná nós ouvimos, por exemplo, nós tivemos o Vaccari. O Vaccari conseguiu uma decisão na Justiça, mas ele veio e acabou respondendo algumas perguntas. O Renato Duque foi da mesma forma; o Pedro Corrêa, da mesma forma. E esse senhor, Gerson Almada, ele vem aqui representando uma empresa. Os empresários, as empreiteiras têm um papel extremamente significativo nesse esquema de corrupção. Então, eu acho que a gente perde uma oportunidade, inclusive de tentar instigar e retirar dele, de fato, algumas informações.

Mas o apelo que eu quero fazer a V.Exa. é que a atitude de hoje não seja repetida em outros momentos, Sr. Presidente. Não vamos deixar e não vamos perder essa oportunidade, frustrando a população brasileira. Eu acho que V.Exa. tem uma responsabilidade grandiosa com a nossa geração, com a nossa época e com o nosso tempo. E eu quero pedir aqui de coração a V.Exa. que a gente não tenha essa atitude repetida em outros momentos da Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.



Eu aguardei todos se manifestarem para que eu possa aqui trazer o meu posicionamento. Deputada Eliziane, a admiração que eu tenho por V. Exa., principalmente pela mulher aguerrida que é, que representa tão bem o Estado do Maranhão e tem feito um brilhante trabalho, os Sub-Relatores, os Parlamentares combativos, principalmente os que compõem os partidos de Oposição, têm tido neste Presidente um resguardo muito grande para aquilo que é necessário para o bom andamento da investigação. E todo o trabalho é passível de críticas. E, se escolhi fazer política em uma democracia, foi para conviver com as críticas. E eu, enquanto Presidente desta CPI, sabia que teria momentos em que seria criticado. Agora, não são críticas que irão mudar o meu posicionamento. Eu tenho a humildade de reconhecer quando erro, mas também tenho a humildade de dizer com muita franqueza que decisões que cabem ao Presidente tomar eu não irei delegar para ninguém tomar. Quem irá tomar as decisões será este Presidente. Com crítica ou com elogio. Quando for possível o elogio, estarei plenamente satisfeito; e quando não for possível o elogio, a crítica vier, irei receber com muita maturidade, irei analisar e verei a necessidade, se estou errado ou se não estou.

Fico muito à vontade para dizer ao Brasil, neste momento, que está CPI não vai virar pizza. Vocês podem...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, então todo mundo que chegar, e não falar, o senhor vai liberar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, eu escutei a senhora três vezes. Todas as perguntas que V.Exa. fizer, eu irei responder. Só queria que V.Exa. deixasse eu concluir o raciocínio.

Então, a decisão a ser tomada neste momento é que nós temos que ter produtividade. A CPI tem o seu fim anunciado para o dia 25 de junho. Nós temos mais 30 dias de trabalho, dos quais três semanas já estão repletas com depoimentos em 3 dias por semana. A CPI funciona quase ou mais do que o próprio plenário da Câmara dos Deputados, mais do que o plenário da Câmara dos Deputados. O Deputado Onyx está aqui, e já participou de mais de 10 CPIs, sabe que o rito que nós estamos dando é para correr contra o relógio. Eu já encaminhei o pedido de prorrogação por 60 dias, que é regimental. Então, eu entendo que neste momento nós temos que dar celeridade. Nós não fizemos uma acareação, nós



estamos fazendo as agendas externas, nós temos que evoluir aqui para informações importantes, que precisam ser encontradas. Agora, não posso aqui ser vítima de discursos que eu estou protegendo alguém, quando isso não existe. Eu não vou ficar aqui, e quem me conhece sabe que eu nunca me furtei de trabalhar, eu não ligo de ficar aqui 8, 10, 12 horas, como já fiquei. Agora, não vou ficar aqui patrocinando coisas improdutivas, para que pessoas tenham apenas 2 minutos de discurso, e a investigação não chegue a lugar algum. Eu não posso admitir, enquanto Presidente, isso! E irei peitar de maneira muito franca, mas não abrirei mão das minhas prerrogativas, com críticas, com ilações que foram feitas aqui! Irei conviver com isso com muita maturidade. Quem conhece a minha história, quem tem visto o meu posicionamento sabe que eu não estou aqui protegendo ninguém. Eu estou investigando, com transparência, trazendo assuntos para serem discutidos num colegiado, quando, muitas vezes, eu poderia tomar decisões, respeitando a democracia. Agora, não posso aqui ser vítima de ilações, de acusações quando eu quero, na verdade, é fazer esta CPI produzir, apresentar os resultados que a sociedade quer. E nós vamos, ao final, indiciar político, empreiteiro, ex-funcionário de PETROBRAS, quem for necessário, para que a gente puna os verdadeiros culpados que prejudicaram a PETROBRAS. Agora, irei, sim, com muita franqueza, e na posição de Presidente, se necessário for, conviver com essas críticas. Mas não abrirei mão das minhas prerrogativas, porque eu tenho que apresentar resultados positivos, e esses resultados precisam ser apresentados em um curto período de tempo. Nós só temos mais 2 meses de trabalho, e mais de cem pessoas para ouvir. Então, ficar aqui 8 horas ouvindo uma pessoa que vai usar o direito de ficar em silêncio, eu não vejo isso como produtivo para os nossos trabalhos.

Então, era esse o esclarecimento que eu queria fazer.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, gostaria só de registrar a presença do Partido dos Trabalhadores. Eu fiquei até o momento em que o depoente disse que não ia falar. Então, eu e o Deputado Prascidelli nos retiramos após isso. Todas as alusões ao PT são injustas e caluniosas, referentes a sabermos antecipadamente. Ele disse que não ia depor. V.Exa. aludiu rapidamente que seria suspensão a sessão, e nós nos retiramos daqui após essa ocorrência.